



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves  
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória  
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICÍPIO DE VILA VELHA**

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no Auditório da Prefeitura Municipal de Vila Velha, localizado à Avenida Santa Leopoldina, 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES, com início às dezoito horas e quarenta minutos, foi realizada a presente Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória, convocada por intermédio do Aviso de Audiência Pública nº 002/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Seção 02, do dia 28/08/2017, página 04. A presente Ata destaca os principais pontos do debate realizado durante a audiência, incluindo o descritivo de todas as contribuições apresentadas por meio de formulário entregue no credenciamento, juntamente com o caderno preliminar de propostas, ficha de avaliação e cartilha do plano. A gravação da mesma ficará disponível no site [www.planometropolitano.es.gov.br/audiencias/arquivos](http://www.planometropolitano.es.gov.br/audiencias/arquivos) durante o período de elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória, bem como disponível em CD, arquivado ao presente documento. A lista de presença com a relação dos participantes desta audiência pública será anexada ao documento final e também será disponibilizada no site [www.planometropolitano.es.gov.br/planometropolitano/documentospdui](http://www.planometropolitano.es.gov.br/planometropolitano/documentospdui). O mestre de cerimônia desejou boa noite a todos, agradeceu a presença dos participantes e solicitou que colocassem os celulares no modo silencioso. Ressaltou o apoio da Prefeitura Municipal de Vila Velha na realização do evento e mencionou as autoridades presentes, entre elas, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, o Sr. Antônio Marcus Machado, representando no ato o Prefeito de Vila Velha, o Sr. Max Filho. Informou que a audiência pública teria como proposta discutir/debater as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória e que todos os participantes poderiam apresentar suas contribuições nos seguintes temas: meio ambiente, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial. Em seguida, todos foram convidados para a execução do Hino Nacional Brasileiro e, após o mesmo, para assistirem ao vídeo institucional do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória. Na continuidade, convidou para as boas-vindas aos participantes a Presidente do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT) e Diretora Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Sra. Gabriela Lacerda, que iniciou sua fala prestando singela homenagem ao companheiro do trabalho que faleceu no dia anterior, agradeceu à presença da equipe do Governo do Estado e dos técnicos municipais a acompanhar todo o processo de elaboração do plano, nas pessoas da Bruna e Caroline; o Secretário de Estado de Economia e Planejamento, o Sr. Regis Mattos, representando no ato o Governo do Estado do Espírito Santo e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, o Sr. Antônio Marcus Machado, representando o Prefeito Max Filho. O Instituto Jones dos Santos Neves na qualidade de presidência e secretaria executiva do COMDEVIT, enumerou os procedimentos para a participação na audiência pública, sendo: I – todos os participantes terão direito de manifestação oral ou escrita; II – as manifestações orais obedecem a ordem de inscrição e os participantes terão no máximo 02 (dois) minutos para sua intervenção; III – o prazo total para as intervenções será de 01 (uma) hora, ou seja, 60 (sessenta) minutos; IV – aos que preferirem, podem manifestar-se por escrito e a equipe de apoio fará o recebimento das contribuições; V – fica facultado o envio de propostas no prazo de 02 (dois) dias após a audiência pública para o e-mail [mobilizapdui@ijsn.es.gov.br](mailto:mobilizapdui@ijsn.es.gov.br) ou acessando do site [www.planometropolitano.es.gov.br](http://www.planometropolitano.es.gov.br). Na sequência, passou-se à apresentação do Caderno Preliminar de Propostas – que agrega uma síntese das contribuições recebidas até este



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

momento do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória –, sendo convidada Coordenadora Geral do Projeto, a Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), a Sra. Leticia Tabachi. O mestre de cerimônia esclareceu novamente que, aos interessados em fazer propostas, uma equipe de apoio registraria os nomes, sendo a chamada nominal. Sendo assim, passou-se à composição da mesa técnica – coordenação do debate e esclarecimentos de dúvidas – composta pela Sra. Gabriela Lacerda (Presidente do COMDEVIT e Diretora Presidente do IJSN), pelo Sr. Regis Mattos (Secretário de Estado de Economia e Planejamento), pelo Sr. Antônio Marcus Machado (Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade) e pela Sra. Leticia Tabachi (Coordenadora Geral do Projeto), dando início, em seguida, às intervenções orais, quando foram apresentadas as seguintes contribuições:

- **Irene Léia:** Eu queria começar com uma das propostas aqui. Da modernização da infraestrutura logística em especial, dos portos, ferrovias, rodovias. Essa semana professor Caliman publicou um artigo, sobre a necessidade de um porto de Contêiner. O Espírito Santo vem desenvolvendo uma prática de liberar portos com uso muito específico: você tem um porto de celulose, um porto de minério, e eu acho que essa extrema especialização dos portos, pelo grande impacto precisa ter um limite. E se a gente pensa na região metropolitana da Grande Vitória...a Praia de Camburi, já é uma praia morta. Exatamente por causa do Porto de Tubarão, que não se comprometa mais uma Orla da Região Metropolitana por instalação portuária, por mais importante que seja o Porto, porque isso conflita com outros usos, não só ambientais, como turísticos. Eu fiquei muito feliz em saber que o Espírito Santo começa a acordar para o fato de que é rota das baleias Jubarte, só o sul da Bahia capitaliza isso, e passa aqui na nossa costa e já poderia ter se apropriado do ponto de vista turístico, do turismo de observação. Começamos a fazer agora, muito embrionariamente. Só que isso conflita com o uso portuário em determinados locais e isso tem que ser determinado. O meu apelo é que não se comprometa. Porque em termos de diretrizes está muito bom. Só que quando vem o projeto é aí que o bicho pega. Então que não se comprometa mais uma orla da região metropolitana com instalação portuária. Aqui em Vila Velha a gente discutiu isso muito no Fórum Popular porque não é a única ação de desenvolvimento. Já tem o Porto Central. Então a gente vai continuar com essa extrema especialização. É um luxo que a gente não deveria se colocar.
- **Izanildo Sabrino:** Trago aqui a questão ambiental no sentido de renaturalizar as áreas de interesse metropolitano no que se refere as áreas de recarga e inundação. Áreas de proteção e preservação ambiental. É muito importante lá em Alagoanos. Temos duas áreas justamente são áreas de inundações. São áreas na planície do rio Jucu e o Comdevit já tem um estudo, com um parecer com esse documento citado aí. É uma área que pega a bacia de Guaranhuns, Rio Jucu e Rio Marinho e que não se deve ocupar, mas deve proteger aquela área. Torna-la até mesmo uma unidade de conservação estadual. Se possível, se fizer um estudo isso é possível. A Leste-Oeste cortou aquela região, aterrou nascente. Não houve estudo, nem do impacto ambiental. E aqui onde fala da compensação, fala de um sistema de compensação ambiental que foi feito. A Lagoa Encantada ficava lá, e aterraram ela. E o bairro Vale Encantado é originado da Lagoa. Então fica aqui para refletir. Nós precisamos preservar aquela região.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

- **Antônio Rocha:** Moro na Zona rural de Vila Velha. E estamos ouvindo todos falar sobre o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Mas a gente só ouve falar de zona urbana. Só ouve falar de turismo e não de agro turismo. A gente já falou isso em novembro numa reunião na Faesa, que o agro turismo e a zona rural não estava sendo divulgada nem falada nesse plano. Se a gente falar que dos sete municípios da Região Metropolitana, só Vitória não tem zona rural, os outros todos têm. Então, a gente precisa dar uma olhada com mais carinho para a zona rural de todos os municípios. Inclusive esses Parques poderiam ser na zona rural. Até para levar recursos para a zona rural e visitas.
- **Ivanir Coelho Andrade:** Minha afinidade com educação. Minha proposta acaba sendo dividida ou se multiplicando em três parâmetros com vista a Educação. Eu a chamo de “A Caminho da Escola”. Essa é uma proposta histórica dos profissionais da área da educação da Grande Vitória. Por que o que estou propondo é que todos os municípios da Região da Grande Vitória, elabore um documento de gestão onde celebre uma política pública de cessão e permuta, considerando os direitos e deveres e também os cargos e salários dos profissionais. Por que quando um profissional faz uma cessão ou permuta há prejuízos financeiros e também prejuízos no plano de cargos e salários dele com relação à carreira. E isso, muitas vezes inviabiliza a possibilidade dele atuar no seu município. E também a discrepância salarial que existe em relação a essa questão. Há profissionais, na escola em que atuo, que estão em Guarapari e Vila Velha. Eu estou aqui e também na Serra. Então isso vai gerando um aumento de volume de profissionais que vão circulando na Grande Vitória. E também com relação aos próprios alunos. Quando a gente pensa numa política de educação de qualidade em todos municípios a gente também vê o deslocamento de toda a família para outro município. Então a gente tem moradores de vários municípios que vão circulando em busca de uma educação pública de qualidade para sua criança.
- **Álbari Efgem:** Com advento do setembro amarelo e a gente percebe o aumento no número de suicídios, a gente vê que algumas construções estão sendo usadas para acabar com a vida. Então penso que como estamos pensando em um plano metropolitano que ele poderia ter uma proposta de regulação que pudesse ter um estudo de impacto para prevenção do suicídio em caso de construções muito altas e quando a gente pensa numa construção de uma ponte que liga duas cidades, essa lei, essa regulação não pode estar firmada num código de posturas de um único município, então essa regulação tem que vir mesmo de um plano para a Metrópole.
- **João Carlo:** Eu li esse caderno de propostas em casa, e acho que tem algumas coisas que tem que ser mais objetivas. Eu trago uma proposta para a mobilidade, que considero como um item principal para que todos os outros consigam ter eficácia. Que é a criação de um consórcio metropolitano de transportes. Acho que a gente não vai ter eficácia nas outras propostas se a gente não instalar uma autoridade metropolitana de transportes. Eu digo isso por duas questões. Eu entendo que existe uma tendência dessa proposta que até então é a dos últimos anos – é da Ceturb ser esse órgão da gestão de transporte da região metropolitana, eu acho que ela não consegue. Primeiro pela questão de capacidade. Quem usa transporte é que conhece. Não da capacidade técnica e de competência, é de conseguir dar conta. É mais aquela questão de estar recebendo também a gestão do transporte intermunicipal do DER e também pela



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

questão legal. Há pouco tempo tivemos aqui o STF, conclui o julgamento da ADI 18.42 que fala entre outras coisas que a competência constitucional não pode ser delegada. Então o município é responsável pelo transporte coletivo. E residualmente o Estado, pelo intermunicipal. E também a questão do Estado ter o papel de integrador e não de executor de política de interesse comum. E que a gestão do serviço de interesse comum deve ser associado para não ferir a autonomia municipal. Claro a autonomia passa a ser relativa, na medida que você tem uma área metropolitana. Então acho que esse consórcio metropolitano pode integrar a questão das barcas, das bicicletas de todo o sistema de transporte que tiver ou que deverá ser criado.

- **Sidenil Francisco Ferreira:** Realmente quando se fala em mobilidade urbana na nossa região, eu me preocupo é com a regularização fundiária. Regularização fundiária não é só em Vila Velha. Mas vou falar só do município de Vila Velha, que é um caso que precisa ser olhado com muito carinho pela prefeitura municipal de Vila Velha. Nós temos uma média de 60% da população instalada nesse município, com sua situação totalmente irregular. E isso não é porque as pessoas não querem. Eles querem. Nós temos processo que tramita aqui dentro da prefeitura há mais de 6 anos, 8 anos desde a administração passada e que não se regulariza. E eles querem pagar seus impostos e querem ter seu documento legal, sua escritura e isso são 60, 65% já fizemos esse levantamento. E outra questão também é dos grandes empreendimentos que estão vindo para Vila Velha. A gente fica feliz com os grandes empreendimentos, mas também as comunidades carentes se preocupam. Nós temos a questão do rio Jucu, que é um rio que recebe muito água de Domingos Martins, ali do Morro do Caparaó, que vem descendo muito água e ela assenta na região do Araçás então, a gente tem que estar trabalhando dentro desse projeto que é da região metropolitana para um melhor escoamento dessas águas que chegam em nosso município.
- **Nicolas Tranco:** São duas situações que eu achei interessante falar. Uma é a questão do deslocamento cotidiano. Mas até agora pouco se falava. Mas Fundão e Guarapari fazem parte da região metropolitana. E por exemplo, a CETURB só atende Setiba com uma linha de ônibus. Então uma coisa que tem que se pensar é a ampliação do sistema rodoviário aqui da região. Em relação ao Transcol que atende aquela região. Outra questão que achei interessante também para colocar no projeto seria criação de Leis que acabem com as guerras fiscais que há entre os municípios. Nós temos a Serra, com a Civit que arrecada tantas empresas e as pessoas, saem de Vila Velha para trabalhar no Civit. Nós temos Cariacica que tem zonas...a questão da Zona Franca de Manaus que está vindo ali para Civit para Cariacica. Com terminal ali, as pessoas saem de Vila Velha para trabalhar ali. Não tem como a gente reduzir o deslocamento diário das pessoas, se a gente tem uma guerra fiscal entre os municípios. Essa guerra de incentivos fiscais de dar terrenos, tem que ter leis que parem com isso e seja igual essa distribuição de empresas e empreendimentos pela região metropolitana da Grande Vitória.
- **Jeci Evaristo dos Santos:** Aqui em Vila Velha o maior desafio para esse projeto é realmente a mobilidade urbana. Esse é o maior desafio de Vila Velha e de toda a região metropolitana. Outro desafio muito grande: como vai funcionar essa região sobre a questão de financiamento, na questão política de cada município, na sua gestão administrativa. Nós acabamos de discutir agora, com a participação de quase 6 mil



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

peças para discutir o orçamento participativo e é como vamos atrair a sociedade civil lá na sua base e como vamos resolver isso. Por que nós estamos enfrentando muito problema, em Vila Velha, a 388 está lá parada e tem muitas coisas acontecendo aí e parou e como vai fazer isso, desenvolver isso, com discussão nas regiões, nas microrregiões debatendo com a sociedade e que isso será o futuro. Mas tem problema também na região rural. Em Vila Velha tem uma grande região rural e nós temos que desenvolver isso, em fóruns temáticos sobre essa questão.

- **Ivanir Coelho Andrade:** Eu como gestora do município tenho muita dificuldade na aquisição de bens e serviços, principalmente alimentação, equipamentos para escola, porque? A maioria das empresas do município encontra-se com sua regularidade, "irregular". As vezes temos as certidões negativas federais, mas no âmbito municipal não temos o alvará sanitário. As vezes temos o FGTS em dia, mas não temos o Estadual. Então isso é algo que requer uma atenção. Vitória também temos essas questões, porque eu tenho como exemplo, isso fomenta o ponto de vista da economia local. E economia local é superimportante para a gente poder desenvolver mais, e fomentar o espaço em que a gente está convivendo. Enquanto proposta pedagógica, eu gostaria de estar trazendo para o turismo uma proposta que está sendo discutida lá na escola pelas crianças de 7 anos de idade. Que é a construção de uma passarela nos manguezais dos municípios. Nós temos modelos de passarelas assim no município de Mucuri no estado da Bahia, no Uruguai e de trazer esses espaços como objeto de pesquisas para as crianças, profissionais, que seja da área da economia, do meio ambiente e até mesmo com vistas a pesquisa científica. Então, esse é o meu desejo e o desejo das crianças da nossa escola que tenha, que a gente consiga fomentar como espaço principalmente do turismo, e da pesquisa nos manguezais de Vila Velha e da Grande Vitória, uma passarela que atenda essa possibilidade.
- **Tenente-coronel Paiva:** A gente trabalha com Defesa Civil, com proteção e contenção a encostas, alvará de edificações, e também no combate a incêndios e salvamentos em geral. Então de maneira rápida, meu grande desafio é coordenar tudo. Então na área de Meio Ambiente, fundamentalmente a gente trabalha com Defesa Civil, então há preocupações nossas, para que não se repita, aquele incidente de 2013. Para que haja mapeamento mais concentrado em áreas de risco, fundamentalmente regiões mais periféricas dos municípios, regiões que tem morro, para evitar deslizamentos ou até concentração de pessoas nessas regiões de áreas mais baixas. Vila Velha tem regiões abaixo do nível do mar e constantemente no passado ficavam alagadas, então, evitar. Porque é um transtorno muito grande para as pessoas que lá vão habitar, e nos salvamentos, nos ciclos de atuação da Defesa Civil fica mais complicado. Então tanto nessa questão de organização territorial, quanto no mapeamento dessas regiões. De maneira rápida também o Bombeiro, tem a parte turística aqui é a única capital que tem saída para o mar e não tem Quartel na área marítima. Quartel voltado para a praia, voltado na região do mar. Então é uma proposta para Vila Velha e para Vitória que é a Região de atuação do Batalhão que opero para que seja construído um Quartel de atuação com embarcação rápida para fazer salvamentos nessas águas. Só lembrando que essa questão de mapeamento do Plano ficar atendo para a questão das viaturas. Porque temos viaturas muito grandes, de combate a incêndios. Vitória acontece isso,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

Vila Velha menos, mas na hora de fazer as rotatórias, e outras edificações lembrar que as viaturas precisam passar, e a gente precisa ser consultado para avaliar isso.

- **Ketler Lima:** Sou morador da Prainha, e o grande desafio que nós temos, além da mobilidade e do trânsito – muito confuso, a aptidão daquela área que seria gastronômica, político-gastronômica... Nós temos um problema sério ali de resíduo. Porque os restaurantes que tem ali, depositam os resíduos na praça e não tem coleta aos domingos. Então o que acontece? O pessoal que sai do convento, se depara com aquele lixo. Outro problema que nós temos, amigo Anselmo, é exatamente o problema do saneamento. Eu falo: - meu sonho é voltar na nossa infância, Marquinho também, e tomar banho no canal da Costa. Onde na nossa infância a gente pescava. Passava a rede. Caliman está ali também, e foi nosso professor, sabe. E por último a gente gostaria, de ver se a gente consegue preservar a parte ambiental, ali, onde mora o Sr. Nilton Lima, onde é uma boate lá. E toda aquela parte de Morro, que seria boa para recuperação da Mata Atlântica. Assim como, Inhoá. A fonte de Inhoá que também em nossa infância a gente tomava banho e hoje totalmente desmatada. A gente dê valor. O intercâmbio que a professora falou é muito importante. O intercâmbio cultural na Região Metropolitana.
- **Juliana Machado:** Boa noite sou moradora de Vila Velha e queria, achei importante vocês terem acrescentado nas propostas o ideal a universalização do saneamento básico, porque não adianta apenas Vitória ter todo o sistema de esgoto e os municípios ao redor não ter. E uma coisa que gostaria de ressaltar porque achei interessante que você falou foi sobre a cidade ser para as pessoas e a cidade estar à altura dos olhos, só que eu acho que uma coisa que impossibilita um pouco isso são os grandes muros, os grandes condomínios fechados. Você tem hoje na Serra condomínios de 20.000 metros quadrados de muros enormes que são ilhas de concreto e eu te pergunto: - Onde estão as pessoas? Como as pessoas vão se sentir seguras vivendo nessa cidade. Então poderia mudar dentro do plano metropolitano uma redução dessas áreas de condomínios, ou talvez fazer uma permeabilização desses muros, então não seria só concreto. Alguma permeabilidade visual e assim quem sabe os grandes e poderosos do mercado imobiliário poderia obedecer dando segurança dentro e fora dos muros. E ainda queria colocar a qualificação dos espaços dos espaços livres, porque a gente tem grandes nichos e grandes espaços livres na região metropolitana, mas pouco qualificadas. E talvez poderia ser feito uma via de conexão esse motor, essa mobilidade que a gente quer na região metropolitana. Esses grandes espaços livres poderiam ser pontos ou nós de conexão para essas trocas de modalidade.
- **Flávio Mendes:** Eu gostaria de tocar num ponto já comentado, numa área próxima à Vale Encantado e do Rio Marinho. Uma área enorme que no documento até que foi citado aqui do Comdevit de desassoreamento do Rio Jucu, cita que boa parte dessa área da Leste-Oeste é área de inundação do Rio Jucu. Praticamente toda aquela área está abaixo do nível do mar ou bem próxima de estar abaixo. E a gente fica meio assustado porque até a prefeitura conversou com Alfaville na ideia de construir um condomínio de luxo naquela região. E a própria prefeitura divulgou isso. Então a gente fica assustado: -Imagina, esta área estar ocupado. Com condomínio de luxo. Pessoal de Pontal das Garças, Araçás a Região inteira, imagina o risco de inundação. A gente sabe que com as mudanças climáticas, e já que esse é um projeto para 30 anos, a gente vai



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

ter que pensar nelas. E os estudos estão indicando o que? Que a gente vai viver numa época de extremos. As chuvas vão ficar muito piores do que estão hoje. Imagina esses bairros mais carentes. O que que vai acontecer com eles? Se uma área fundamental para retenção de água de Vila Velha, estar ocupada por um condomínio. Vocês podem ir lá hoje e vão ver diversas áreas cheias de água por mais que tem um tempo sem chover. E fora que essa região tem uma biodiversidade gigantesca. Para vocês terem ideia, a gente já registrou mais espécies de aves do que no Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Diversos observadores de aves procuram a região. Imagina o potencial turístico? É uma forma de economia que está crescendo muito no Espírito Santo e no Brasil.

- **Celio da Penha:** Sou cicloativista, mas venho como cidadão. E hoje eu posso falar do meu município. Uma coisa que eu posso falar para vocês que estão aqui, principalmente as entidades de classe, o pessoal do movimento aí, de Jacarenema e Rio Jucu, traz a base. Nós temos no orçamento reuniões agora por reuniões, eu estou inclusive perdendo a de Vila Velha para estar aqui hoje. Nós temos que levar o texto final, a gente tem que alterar esse texto final, a 388, que está naquela área que é de Alagados, a gente sabe disso, mas o governo mandou fazer e fez, não adianta, vai sair, por que? Porque é de cima pra baixo. Então, a gente tem que fazer trabalho de formiguinha, levar propostas para serem votadas, os membros da comunidade vão estar lá, eles têm direito de voto, a gente tem que trazer isso para o nosso lado e não para o lado do empresário, do vereador, nada disso. Falando sobre ciclomobilidade, falando do meu município, Vila Velha está carente de mobilidade, principalmente ciclista. Amanhã vai ser feita uma abertura de proposta para bicicleta compartilhada para uma cidade que não tem ciclovias e, se tem, é com poste no meio, várias coisas que acontecem. Então, eu acho que antes de ter tudo isso, tinha que ter pelo menos o projeto que não consegui na prefeitura... por exemplo, o nosso território aqui, tem alguém da Ceturb aqui? Eu queria que me respondesse por que os nossos terminais não têm um projeto de ciclomobilidade integrada? Já que vocês estão falando tanto de voltar o integrado, não existe. Não tem nem bicicletário para as pessoas colocarem bicicleta lá. Então, eu queria assim que a prefeitura que está aqui representada, a Ceturb, que me dê a resposta. O resto, três minutos não dá para falar, mas vou pedir para falar de novo sobre outros assuntos também.
- **Paulo Vítor Aquino:** Sou morador de Vitória e trabalho aqui em Vila Velha. Eu queria falar de uma pauta que, para mim, é muito importante, que é a necessidade de integração da malha cicloviária. A gente vê, por exemplo, Vitória pela quantidade de empregos atrai trabalhadores de todas as regiões, todos os municípios da região metropolitana. E a gente vê, principalmente, o mais humilde, aquele que hoje se arrisca aí de bicicleta até o seu trabalho. Esse trabalhador mais humilde que se arrisca indo de bicicleta ele não é beneficiado pelo GVBus, ele não tem condições de pagar, indo com sua bicicleta e pagar ainda o transporte pelos ônibus. Então, infelizmente, ele ainda hoje ele se arrisca, anda pelas ciclovias que existem, mas, infelizmente, não há essa integração. E essa integração tem que ser uma pauta supramunicipal, que tem que estar no Plano de Desenvolvimento Metropolitano. A gente acha que isso é mais que necessário para a gente conseguir transformar a bicicleta num modal não só de lazer, mas também como meio de locomoção até o trabalho. E beneficiar, principalmente,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

aqueles que a gente acha que são os que mais necessitam. Já foi colocado aqui também, mas a questão do aquaviário, a meu ver, é uma pauta muito importante, foram dados alguns entraves, inclusive econômicos, mas o potencial até turístico que o aquaviário pode trazer a gente também tem que colocar em pauta. Vitória, por exemplo, é uma ilha, é necessário que a gente desenvolva esse turismo também na parte de turismo náutico e a vista que essa pessoa tem na travessia, por exemplo, de Vitória a Vila Velha, com certeza é algo que pode ser somado e vai trazer também benefícios do ponto de vista turístico. Queria só ressaltar o bike compartilhado de Vila Velha possa ser integrado ao Bike Vitória, para que uma bike aqui de Vila Velha possa ser deixada em outra cidade.

- **Celio da Penha:** Eu vou contestar o que o representante da Ceturb falou sobre o aquaviário. O aquaviário terminou em 88, ele transmitia três mil pessoas por dia. Só que a enseada do Suá não é aquilo que é hoje. Eu entrei na receita federal em 86, eu vi o desenvolvimento daquela área. E hoje para passar lá para a ponte eu levei quase uma hora. Então, se botar, mesmo que as outras estações sejam deficitárias, ela vai suprir as outras. O fato de você só atravessar a baía, aí o modal precisa ser integrado. Você pega o Transcol lá, salta na enseada do Suá, atravessa, e aqui em Vila Velha pega outro ônibus para ir para os bairros. Tira todo mundo... aí você vai tirar carro, a pessoa vai querer ir, quem gosta de bicicleta vai ter mais uma opção, porque o GV Bike que tem não atende. Quer dizer, eu saio daqui e fico preso na ponte. Eu gasto mais tempo indo pela ponte do que indo pela Lindemberg. Só que eu não vou por quê? Porque eu não tenho segurança. Então eu acho que é viável. Subsídios? Tira dos ônibus. As linhas municipais são concessões da prefeitura. Por que a prefeitura não deixa? Política. Está entendendo, gente, é política. Muita coisa ali que está sendo colocada, a decisão não é da base que está aqui. É política dentro do gabinete. Então é mais ou menos isso, é viável... se a mobilidade ... está na mídia... eu cheguei para um vereador de Vitória que estava brincando com a gente sobre a ciclovia na Rio Branco. Aí foi no evento do bike VG que foi ampliado para mais dez estações. Foram 60 mil alugueis de bike. Eu só disse para ele o seguinte: multiplica isso por quatro. Olha quantos votos você está perdendo aí. Ele olhou para mim assim, na reunião, ele se omitiu. Porque política é isso. Daqui para frente, nós cidadãos vamos fazer política, e muita política.
- **Flávia Maciel:** Eu trabalho no setor ambiental da secretaria de educação e fiquei muito feliz quando alguém falou que um dos papeis da região metropolitana é a questão da educação. Hoje nós temos, com relação aos prédios educacionais da Grande Vitória de maneira geral, nós temos um empoderamento dos alunos. Nós temos prédios arcaicos, prédios que muitas vezes não têm área verde, não possibilitam luminosidade, não tem captadores de água de chuva. Vila Velha é uma cidade que a gente tem problemas seríssimos com a água, temos usado muito com abundância, e quando nos falta, nos falta por muito tempo. Então, nós não temos reservatório de água suficiente para captação de água de chuva, projetos de eficiência energética nas escolas não tem, enfim. A gente não tem projetos de diminuição para a questão do lixo nas escolas, de resíduos, locais para armazenamento desses resíduos secos, enfim. A gente precisaria de uma maior articulação da secretaria de meio ambiente, precisamos de uma articulação maior de toda a região metropolitana para que os nossos alunos possam, tanto aqui, quanto na Serra, em Cariacica, visitando esses polos que nós temos verdes,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

para que a gente consiga realmente falar de uma educação ambiental para que os alunos consigam estar circulando na grande região metropolitana.

- **Paulo Vitor Aquino:** Quero falar de um ponto que não foi possível abordar na fala passada, que é sobre a duplicação de nossas BRs. Rodovias e BRs, principalmente na região de Fundão, porque Fundão é um grande gargalo não somente para a região metropolitana, mas para o Estado. Ali onde, nas viagens, é o fluxo que mais agarra, gera o maior trânsito, e que a gente possa, principalmente as autoridades políticas aqui presentes, pegue mais a pauta da questão da BR 101, da ECO 101. A gente já sofreu muito com esse pedágio da Rodosol, vem sofrendo até hoje, foram muitas CPIs, a história é longa, e que isso não se repita agora com a questão da 101, que são as mesmas pessoas, é o mesmo grupo, então, qualquer pessoa que entra no Estado por qualquer das vias, entra pelas mesmas pessoas e a gente continua pagando os custos. Então, é preciso que isso seja levantado no Plano de Desenvolvimento Metropolitano, a necessidade, não só ali de Fundão, mas de Cariacica, em Santa Leopoldina ali também, que pega muito a questão da parte mais rural, da parte de avicultura, de crescimento pelas grandes granjas... a gente abastece a produção que vem deles, a gente necessita que isso chegue até aqui e são dois gargalos muito importantes para a gente trabalhar.

A seguir, estão listadas as contribuições apresentadas pelos participantes por meio dos formulários de contribuições disponibilizados durante a realização da audiência pública, cujos originais encontram-se disponíveis no site [www.planometropolitano.es.gov.br/audiencias/arquivos](http://www.planometropolitano.es.gov.br/audiencias/arquivos), a saber:

- Meio Ambiente: proteção e qualidade ambiental, considerando os aspectos e riscos de ocupação urbana, bem como os impactos sobre o meio ambiente e sobre os recursos hídricos. Não ouvi falar sobre a saúde como vai ficar a população, principalmente Vila Velha não se encontra nada. Até as unidades que tem são precárias.
- Plano de cooperação em assuntos de educação: instituir um diálogo permanente via plano de educação entre os municípios para tratar de assuntos que são comuns aos municípios; Absorção de alunos que moram no município, porém a escola mais próxima é do outro município vizinho; transporte escolar – cooperação entre os municípios para localização dos alunos em municípios vizinhos (quando não absorvidos pelo município de origem).
- O poder público capta água e você? Que todos os espaços públicos tenham captação de água da chuva para reuso nas descargas e na manutenção predial.
- O mangue e seus encantos. Construção de passarelas sobre os espaços de manguezal para desenvolvimento da atividade local, proteção do meio ambiente, fomento da atividade turística e viés com a educação com vistas atividade de pesquisa de campo conforme modelos existentes no município de Mucuri no Estado da Bahia e do Uruguai.
- A unidade municipal de Ensino Fundamental de Vila Velha (UMEF Naydes Brandão por meio de sua diretora apresenta essa proposta que a priori parece ser insignificante, entretanto essencial para a formação cidadã e preservação do meio ambiente. Além de fomentar a cultura local com a panela de barro, pois são queimadas utilizando a folha das plantas do manguezal.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

- Empresa legal. Para ampliar o desenvolvimento econômico de Vila Velha faz-se necessário que todo comércio esteja com sua regularidade fiscal em dia, pois a sonegação de imposto rouba do povo o direito à melhores condições e atendimento pelo poder público. A cada dia está mais difícil realizar compras e aquisições necessárias para os órgãos do poder público. Enquanto Presidente do Conselho Fiscal da UMEF Naydes Brandão está difícil o cumprimento de aquisição no próprio município conforme orientação legal, já que a maioria das empresas locais não possuem certidões negativas federal, estadual e municipal dentre outros documentos para prestação de contas.
- Sistema de gestão integrada na educação básica com vista a acesso e permanência, além de fomentar a informação correta e imediata de dados da educação no que tange a vaga e matrícula nas escolas públicas.
- Criar parâmetros de qualidade na educação pública de cada município. Aproximar os planos de cargos e salários dos municípios com vista aos professores da educação básica.
- A caminho da escola. Que todos os municípios da Grande Vitória elaborem política de acesso e permutas similares, dando e garantindo a possibilidade do professor das redes municipais e estaduais possa trabalhar no seu município de residência sem prejuízo financeiro e funcional. Essa ação reduz o número de carros transitando e de pessoas também. Essa política faria intervenção em um quantitativo significativo, pois de 4.000 (quatro mil) professores deslocam de seus municípios para trabalharem em outros.
- Criação da unidade de conservação Alagados do Vale Encantado (planície de inundação do rio Jucu). A região é cortada pela Rodovia Leste-Oeste, um importante espaço de depósito de água de chuva, o que torna um verdadeiro parque inundável. Assim evitando inundações em Vila Velha. Essa região pode se tornar um corredor ecológico desde Jacaranema até Duas Lagoas. A área abrange a bacia de inundação do rio Jucu, Rio Marinho e Guaranhuns.
- Compatibilizar os marcos do PDM em seu produto unificado para todo o Estado, de forma a estabelecer um regulamento único.
- Reativação do aquaviário na Grande Vitória, integrando ao transporte coletivo (sistema Transcol) com tarifa única.
- Criar anel cicloviário metropolitano.
- Atualizar a composição do COMDEVIT, com sete membros da FEMMP-GV.
- Implantar programa de regularização fundiária na Grande Vitória.
- Integrar os sistemas de transporte coletivo municipal de Vitória, Vila Velha, e Guarapari ao sistema Transcol, com tarifa única.
- Implantar um ponto turístico na Grande Vitória (píer para navios cruzeiros).
- Implantar o programa de habitação social metropolitano.
- Atrair empresas para a geração de emprego e renda.
- Criar Companhia de Desenvolvimento e Gestão Metropolitana.
- Criar anel ambiental com arborização das cidades da Grande Vitória.
- Sugiro a instituição de um consórcio público multifederativo, no papel de Autoridade Metropolitana de Transporte com representação mais equilibrada dos entes. O consórcio fará com mais eficácia a integração de transportes, não somente dos sistemas de ônibus, mas também dos táxis, das bicicletas, dos barcos, ou outros sistemas que



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves**  
**Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**  
**Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

vierem a existir. O Consórcio Público Multifederativo atende às diretrizes legais e constitucionais bem como a ADI 1842. Mantendo a autonomia relativa dos municípios na política de transporte e devolveria a autonomia àqueles que perderam como Viana, Serra e Cariacica. Somente o Consórcio Multifederativo pode garantir a eficácia dos demais itens/propostas, inclusive a gestão dos corredores metropolitanos.

- Desenvolvimento Econômico, com criação de leis que acabem com os incentivos fiscais.
- Mobilidade Urbana, com ampliação do sistema Transcol e reforma da administração da Rodosol das rodovias do sul e Terceira Ponte, não tem como integrar Guarapari pagando R\$ 10,00 de pedágio, fora a 3ª Ponte que é paga.
- Aprovação de novas construção, novos projetos arquitetônicos e adequação dos já existentes ao longo dos próximos 10 anos atrelados a projetos de captação de água de chuva, projetos de eficiência energética com priorização de criação de áreas verdes e priorização de locais para acondicionamento de lixo seco.
- Criação de Escolas educadoras sustentáveis onde o próprio projeto arquitetônico da unidade possa educar o cidadão a economizar água, energia, diminuição da produção de lixo.
- Melhoria do sistema viário – criação de outros eixos de mobilidade urbana, colocação de bondes elétricos, ligando pequenos trechos, incremento na criação de ciclovias.
- Desenvolvimento de um projeto de mobilidade rural com estradas, ciclovias até às Rodovias de grande acesso.
- Delimitar o centro da comunidade com ordenamento e sinalização com ênfase no trânsito. Placas indicativas com nome de ruas, placas de informações educativas e informação do comércio local. No caso de Vila Velha colocar placas informativas da localização da região rural, tanto na BR 101 e Rodosol.
- Dar condições de vias para que o sistema Transcol “Transporte Coletivo”. Possa atender a população da Região Rural.
- Regularização fundiária. Em Vila Velha e em todos os municípios da GV. Participo de movimentos habitacionais, vejo uma necessidade muito grande de muitos. Imóvel irregular, loteamentos com a documentação toda encaminhada. A prefeitura recebe seus impostos, mas não compartilha com esse fato. A moradia regular em Vila Velha e tudo o que mais, 60% necessita deste ato de proprietário legítimo com sua escritura legal.
- Prioridade para a mobilidade urbana e fazendo análise do desenvolvimento econômico a fim de avaliar oportunidades.
- Será apresentado trabalho afim de ter aprovado projeto junto a assembleia legislativa como será integrado a disponibilidade econômica e quem será responsável por esses recursos?
- Despoluição do Rio Marinho e Urbanização das margens.
- Criação de uma linha de ônibus Transcol do terminal de Itaparica ao terminal de Campo Grande passando pela Região 6, que é 100% rural que interferirá principalmente ao presídio do Xuri e a região 100% rural do município de Vila Velha.
- Criação de uma ou mais área da Região 6 (100% rural) do município de Vila Velha/ES para cemitérios. O município de Vila Velha está sem áreas para cemitérios
- A construção do porto de águas profundas na região 5 de Vila Velha, que se falou tanto e até hoje não aconteceu.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves  
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória  
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

- A construção do aeroporto de cargas na região 5 de Vila Velha, indicado para a zona rural em Xuri.
- Retorno do aquaviário Vila Velha x Vitória.
- Integração dos transportes: aquaviário, rodoviário através de toda a Metrôpole com vias rápidas e transportes confortáveis.

Sendo assim, finalizado o prazo de 01 (uma) hora para a realização do debate, a mesa técnica apresentou suas considerações finais, com a Sra. Gabriela Lacerda destacando que o site [www.planometropolitano.es.gov.br](http://www.planometropolitano.es.gov.br) ficaria disponível para o recebimento de novas contribuições até o final do mês de setembro e que o plano, mesmo num horizonte de planejamento de 30 anos, passaria por revisões a cada 10 anos. Não havendo mais nada a tratar, o mestre de cerimônia agradeceu a participação dos presentes e desejou a todos uma excelente noite.